

Educação e cultura política no México: uma relação esgotada

Victor Manuel Durand Ponte

Instituto de Pesquisas Sociais da
Universidade Autônoma de México

Maria Márcia Smith Martins

Centro de Pesquisa e Serviços Educativos da
Universidade Autônoma de México

Resumo

Este artigo analisa o impacto da educação sobre a cultura política e a formação de valores democráticos na sociedade mexicana.

Palavras-chave: cultura política, educação, Revolução Mexicana, valores democráticos, consolidação democrática.

Abstract

This article analyses the impact of the education on the political culture and the formation of democratic values in the Mexican society.

Keywords: political culture, education, Mexican Revolution, democratic values, democratic consolidation.

Introdução

Este texto examina de forma crítica a relação entre a educação e os valores políticos no contexto estabelecido pela globalização. Até algumas décadas atrás a educação representou a mais importante agência socializadora dos velhos valores políticos pós-revolucionários, que justamente agora parecem estar em crise. Tais valores, sedimentados ao longo da história, foram o cimento da sociedade mexicana, permitiram seu funcionamento ordenado desde a década de quarenta, mas a sua índole autoritária agora converteu-se em um empecilho para a democratização do país.

O sistema educacional também experimenta uma crise - a coerência entre as suas funções de socializar e a de formar o pensamento crítico desapareceu, e agora estão direcionadas para lados opostos. Se a transição política chegar a um sistema eleitoralmente democrático, será necessária a sua consolidação, ou seja, o enraizamento de suas regras e valores no conjunto da população, para que possa reproduzir-se de maneira adequada ou sistêmica. Do contrário, a falta de consensos democráticos ou a existência de públicos não democráticos poderão permitir que a transição se frustre ou se dissolva no que Guillermo O'Donnel (1993) e Francisco Weffort (1992) têm chamado de "a democracia delegada", na qual prevalece o líder populista. Nela não existe a idéia de responsabilidade do governante, - a base da avaliação dos cidadãos para votar - delega-se esta responsabilidade ao líder e abre-se espaço para o que alguns autores chamaram de criação de maiorias voláteis (TORRES, 1993).

Para o processo de consolidação democrática é fundamental o papel que pode desempenhar a educação, pois este é, sem dúvida, um dos espaços mais significativos para a formação dos consensos democráticos. Entretanto, a mudança dos valores e do sistema educacional encontra-se emoldurado pela nova realidade internacional que impõe novos requisitos aos países, pela relação entre a educação e a cultura vigente, e pela estratégia da mudança, parcialmente determinada pela anterior. Por isso buscamos recuperar tais elementos para estudar essa relação e sua mudança.

O texto a seguir está dividido em quatro partes. Na primeira nos dedicamos a caracterizar a problemática que vive o país, com a finalidade de estabelecer o contexto sóciopolítico em que ocorre a transformação dos valores políticos e, conseqüentemente, o desafio que enfrentamos como sociedade. Procuramos ressaltar os efeitos da globalização sobre nossa realidade, ou seja, procuramos estabelecer o contexto em que se desenvolve a transformação dos valores e da relação destes com a educação. Na segunda parte, abordamos o tema da crise dos valores políticos no México, tentando esclarecer suas origens e a necessidade de sua mudança. Na terceira parte, apresentamos uma análise detalhada da relação

que atualmente existe entre educação e valores. Para isso estudamos a relação entre o nível de escolaridade dos indivíduos maiores de 18 anos e a cultura política, desagregada em suas dimensões afetiva, cognoscitiva e avaliadora. Nosso objetivo é problematizar esta relação mostrando a necessidade de analisar o processo educativo em algumas das seguintes funções: a) a cognoscitiva ou transmissora de conhecimentos e de habilidades para pensar, b) a socializadora, que transmite valores aos educandos, e c) a que contribui ao desenvolvimento da personalidade dos alunos, para, em seguida estabelecer suas relações com a cultura política e os níveis de escolaridade. Na quarta parte, consideramos a natureza reflexiva dos valores e a sua relação com a educação, e analisamos as perspectivas de transformação da relação entre a educação e a cultura.

Características da crise atual e sua relação com a cultura política

A problemática que o México vive desde a segunda metade dos anos setenta está inserida no processo de reordenamento do contexto mundial. O fato de que a determinação dos processos econômicos: produção, financiamento, comércio, etc., tenha ultrapassado as fronteiras nacionais, implica que a economia se autonomizou da política e das necessidades sociais de cada país. Com a possível exceção dos Estados Unidos, Alemanha e Japão, nenhum outro Estado nacional tem os recursos suficientes para intervir nas suas economias. No caso mexicano esta realidade é óbvia e mostra a vulnerabilidade da economia face à decisão de corporações privadas ou estatais tomadas fora da nossa nação. É sabido que a política econômica, pelo menos desde 1985, é definida nos organismos internacionais e pelo governo norte-americano, e que nossas elites governantes e empresariais aceitaram um modelo de ajuste passivo¹ à nova realidade mundial, pela qual aplica-se radicalmente a política econômica neoliberal, buscam-se equilíbrios macroeconômicos por intermédio de políticas monetaristas, sem procurar que os efeitos sobre a população sejam atenuados.

¹ O conceito de ajuste passivo alude à aplicação ortodoxa das políticas de ajuste desenhadas pelo o FMI e o Banco Mundial, com a renúncia de incorporar políticas compensatórias, que protejam a soberania nacional e os níveis de bem-estar da população dos efeitos negativos das políticas de choque ou de ajuste monetário macroeconômico.

Os custos do ajuste passivo desenvolvido desde 1982 são múltiplos:

Primeiro, criou-se uma dependência crescente dos capitais internacionais, em especial os especulativos, para manter o equilíbrio financeiro. Como consequência disso, o México foi forçado a manter taxas de juros muito altas, cujos dividendos são pagos com dívida crescente, resultado dos pacotes de ajuda ou de salvamento, ou com a riqueza nacional que é transferida para mãos dos investidores, com o que se criou um círculo vicioso pior que aquele que definiu a crise do modelo de substituição de importações. A proposta compensatória de limitar a dependência do capital estrangeiro com a poupança interna somente é viável se ocorre crescimento e se os fundos conformam recursos financeiros de longo prazo para investir produtivamente. Porém, se isso é logrado, a decisão de investir deve estar acompanhada pela possibilidade de dispor de tecnologia de ponta, de recursos de mercado em tecnologia e de acesso aos mercados, que são controlados pelas companhias transnacionais, para não falar da dívida externa. O capital estrangeiro cobrou carta de naturalização.

O ajuste passivo aumentou a dependência do governo ou, se prefere, diminuiu sua margem de manobra política ao ficar amarrado à política econômica decidida fora e ao depender dos capitais estrangeiros para poder crescer, manter o equilíbrio das finanças, pagar o serviço da dívida, etc.

Segundo, a autonomização da economia, da política, e da sociedade, tem significado também uma mudança radical na organização e na política do governo. Durante o século XX o Estado forçou a economia a distribuir seus ganhos em benefício do conjunto da sociedade, no caso dos países desenvolvidos, e em benefício de alguns setores, basicamente as classes médias, no caso dos países subdesenvolvidos. A social-democracia foi o modelo mais desenvolvido dessa supremacia do Estado. Agora isso acabou, a economia emancipou-se da sociedade. Seguindo o raciocínio de José Luis Fiori (1995) podemos dizer que a crítica à democracia, realizada ao longo dos anos sessenta como um regime que levava à ingovernabilidade pelo excesso de demandas dos setores sociais corporativos que o Estado tinha que atender, foi o início de uma ofensiva que culminou com a proposta neoliberal de limitar o Estado, reduzir seu tamanho, destruir seu papel de empresário público, acabar com a regulação estatal da economia, privatizando os bens públicos para deixar a regulação nas mãos do mercado. Nos anos noventa, teve impulso um programa destinado a assegurar a homogeneização internacional da política econômica de tendência neoliberal conservadora: o governo bom, ou a boa governabilidade, passou a ser sinônimo ou resultado da capacidade dos “reformistas” em lograr uma extraordinária concentração de poder (NELSON, 1989, cf. FIORI, 1995, p. 16) através da formação de uma coalizão ampla, sólida e

permanente de poder que obtivesse a adesão da burguesia (WHITEHEAD, 1989, p. 73-94, 80 cf. FIORI, 1995), uma vez que na prática, comprar a adesão das classes inferiores pode custar muito pouco em termos de recompensas materiais (idem, p. 81). Para isto os autores desse projeto sugerem igualmente o isolamento burocrático de um grupo de *technopols* (WILLIAMSOM, 1990 cf. FIORI, 1995) que pudesse comandar a economia mantendo distância das pressões corporativas da sociedade. Na mesma direção, procurando estabilizar as expectativas dos agentes econômicos, são sugeridas reformas político-eleitorais capazes de incrementar o 'índice de governabilidade' da economia, assegurando a continuidade no poder da maioria obtida pela coalizão formada para apoiar a execução das reformas liberais. O novo "bom governo" tem como objetivo, e como padrão de medida internacional da sua eficácia, manter os equilíbrios macroeconômicos que preservem o bom funcionamento da economia internacional. Isto define uma inversão das prioridades dos governos: já não está em primeiro plano o desenvolvimento social ou o bem-estar, e sim o equilíbrio macro-econômico. Assim, as reformas provocam necessariamente um empobrecimento das sociedades sobre as quais se aplicam e ao mesmo tempo uma separação dos setores ou grupos sociais da política, reproduzindo a separação entre a política e a sociedade. No caso do México a transformação da política foi evidente, a separação da política econômica dos grupos sociais, em especial os velhos setores operários e camponeses corporativos, cuja ruína como organismos representativos é evidente.

Nos últimos seis anos tentou-se desenvolver o "Liberalismo Social", como uma doutrina compensatória que levaria para um ajuste menos brutal sobre os níveis de vida da população, mas o programa Solidariedade, que pretendeu ser a sua efetivação fracassou, entre várias razões, por ter-se colocado a serviço dos interesses políticos do grupo governante. Atualmente não existe qualquer rastro de política compensatória, obedecendo à risca a separação entre a política e a sociedade. Nestas condições, esperar apoios importantes do governo para transformações na educação soa algo muito distante, a não ser os exercícios retóricos, que fora da realidade, florescem todos os dias nas bocas dos governantes.

Terceiro, a nova organização do capital de nível internacional, a preponderância das novas tecnologias poupadoras de mão de obra e do setor de serviços com as mesmas características, conduzem a uma menor utilização da população economicamente ativa do mundo. Os períodos de pleno emprego, próprios da era keynesiana, cederam seu lugar a uma economia com taxas de desemprego elevadas que são consideradas normais e permanentes. Ainda nos países desenvolvidos, a população economicamente ativa ocupada no mercado formal é menor do que metade da população economicamente ativa; em nossos países a proporção é ainda

menor. Como destacou Manuel Castells (1990, p. 65-75), a classificação do Terceiro Mundo deixou de ser útil, não somente pelo desaparecimento do Segundo Mundo, do socialismo, mas também porque a nova divisão atravessa os países e os divide em uma parte que está integrada à economia mundial e que desfruta de seus privilégios, e uma outra parte que não está integrada, que constitui o que ele chama de Quarto Mundo, um setor marginal que mora na periferia das cidades e nos campos empobrecidos de todos os países. No caso do México, as reformas econômicas produziram um custo social enorme: os salários foram reduzidos, mutilando os contratos coletivos, suprimindo conquistas operárias que significavam nível de vida para os trabalhadores. Além desses fatores e perante o fracasso de ajustes anteriores enfrentados com práticas mais rígidas, há o desemprego crescente da população economicamente ativa. Nos últimos 15 anos, o empobrecimento da sociedade não tem paralelo na história moderna, o número de pobres e de pobres extremos não para de crescer e a possibilidade de absorvê-los parece muito distante. O crescente empobrecimento das classes médias, como torna público o movimento de devedores “El Barzón”², é outro claro indicador de para onde estamos indo. A crise social está gerando a desorganização da sociedade, a destruição de identidades sociais, o aumento das patologias sociais, como o crime e o suicídio, têm crescido também os movimentos migratórios para as cidades e para Estados Unidos, e cria-se um terreno fértil para a expansão do crime organizado, do narcotráfico, com suas seqüelas de destruição de valores, de corrupção e criação de ilusões. Em síntese, a dinâmica social parece conduzir a uma polarização ainda maior com o aumento dos setores pobres e marginais. Esta divisão em dois setores tende a agravar-se pelo tipo de ajuste passivo que abaixa os custos da segurança social para tornar o país competitivo. No nosso caso, a diferença e a distância entre o México integrado e o marginal faz-se cada vez maior; a pobreza atinge 60% da população e a pobreza extrema flagela 40%; a deterioração dos serviços públicos como os da saúde, educação, transporte, fazer com que a vida dos pobres seja mais dura e com menores perspectivas, e as estratégias de sobrevivência das famílias incluem o trabalho infantil e a prostituição dos menores e jovens de ambos os sexos.

Neste contexto, a crise política, que também tem outras causas além da econômica, encaminha-se para tomar perfis mais graves. Efetivamente, a possibilidade de que ocorra uma transição à democracia é mais difícil, e no caso de que ocorra, limitando-nos à sua dimensão eleitoral, é pouco provável que seja

² “El Barzón” é o nome de um amplo movimento multiclassista de devedores de bancos (créditos agropecuários, industriais, hipotecários, para compra de automóveis, cartões de crédito, etc.) que lutam para conseguir acordos que beneficiem a ambas partes, pois a brutal elevação das taxas de juros e a decisão dos banqueiros de cobrar juros sobre os saldos vencidos, converteu os empréstimos em verdadeiros pesadelos.

consolidada em uma situação de marginalidade social crescente, e a população marginalizada e empobrecida possa mudar seus valores e desenvolver uma cultura política democrática. No atual governo vemos crescer mais rápido as forças repressivas, ou de segurança, de que os esforços para democratizar o sistema político.

Aqui aparece o problema da estratégia neoliberal nos países atrasados como o nosso: o governo, extremamente endividado e com margens de ação muito estreitas, é refém das políticas que exigem o equilíbrio macroeconômico, tendo que depender de forma crescente do capital estrangeiro, no mesmo processo perde capacidade de financiar as políticas sociais; pelo contrário, sua tendência é para limitá-las, impossibilitando uma melhora nas condições de vida da população. Ao acatar as recomendações do Banco Mundial de isolar os tecnocratas da sociedade para evitar que o modelo de ajuste seja submetido a pressões, o autoritarismo do governo mexicano foi incrementado, é impenetrável às pressões ou aos problemas sociais. Em virtude de que a reforma democrática “definitiva” foi postergada para depois do êxito da política econômica, o governo foi administrando a abertura política, guardando para ele as decisões que atentem contra a sua permanência no poder. Por isso os canais de expressão da população mobilizada estão ocorrendo fora do sistema político, criando um clima de tensão e intranquilidade social.

Quarto, junto ao processo de marginalização econômica e política da população, apresentam-se as demandas que os Estados e as organizações civis dos países mais desenvolvidos exercem pela democratização do sistema político, pelo respeito aos direitos humanos e a preservação do meio ambiente, pelo respeito aos direitos das minorias, tornando-os imperativo para os governos locais, que já não podem ignorar as demandas como faziam quando as mesmas vinham de atores nacionais. Esta presença internacional favoreceu o surgimento de muitas organizações não-governamentais e, com elas, a intensificação das lutas de grupos oprimidos, ou pelas bandeiras ecológicas e dos direitos humanos, reforçando o tecido social. Há uma exigência de modernização que, junto aos seus lados positivos, como a organização dos grupos oprimidos e a luta pelos seus interesses, tem o efeito de sobrecarregar de demandas os fracos governos nacionais, criando efeitos contraditórios às tentativas neoliberais de isolar a política econômica das demandas sociais. Perante a separação entre política econômica e a sociedade, apresentasse uma tendência para que estes grupos se expressem utilizando canais fora do sistema, como ocorre no caso do EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional, ou como demonstram as crescentes marchas à capital, os plantões de greve, as greves de fome cada dia mais frequentes e perturbadoras da ordem pública.

Quinto, a transformação dos valores promovida pelo novo processo mundial é outra particularidade do processo. Neste plano, podem-se assinalados dois processos que para o México tornam-se contraditórios. De um lado, está a universalização de certos valores e a pressão externa para que sejam cumpridos em todos os cantos do mundo, como são os direitos humanos, a tolerância, a democracia, o respeito ao meio ambiente, os direitos das mulheres e das crianças, os direitos das minorias, etc. Por outro lado, a supremacia dos valores ligados ao individualismo, que marcha paralelamente ao anti-estatismo, a perda da solidariedade social com a queda do Estado benfeitor, a imposição de um racionalismo extremo - *rational choice* - como único motor da ação social. Junto às reformas neoliberais ocorre então uma batalha para impor à sociedade mundial uma nova moral coerente com o novo modelo. Nos países com regimes democráticos consolidados, ambos os conjuntos de valores são complementares e correspondem ao que Inglehart (1994)³ denominou a revolução silenciosa. Com efeito existe uma tendência para que as pessoas sejam orientadas mais por valores pós-materiais, aqueles que tem a ver mais com a qualidade de vida, do que com os valores ligados às necessidades, o que seria válido naquelas sociedades que conseguiram um nível de bem-estar significativo. A mudança para valores pós-materiais é acompanhada de mudanças nos modos de participação política. Basicamente, os indivíduos tornam-se independentes das organizações verticais, como os partidos políticos, os sindicatos, etc. e começam atuar numa variedade de movimentos sociais de forma mais autônoma e com maior liberdade pessoal. Este último ponto também foi documentado pelos estudiosos dos chamados novos movimentos sociais⁴.

No caso mexicano, ambos os grupos de valores apresentam-se como contraditórios devido ao ajuste passivo. De um lado, o governo tenta impor os valores ligados ao individualismo, ao mercado, a chamada “modernização”, e por outro, nega ou não pode atender, pelas condições que já mencionamos nos pontos anteriores, os valores ligados à democracia e a uma melhor qualidade de vida, gerando uma contradição que coloca frontalmente os diferentes atores sociais e governamentais.

Em resumo, encontramos um quadro definido por uma menor autonomia do governo em termos de política-econômica, um afastamento brutal dos interesses e problemas sociais da definição da política, uma separação dos atores sociais da política e, portanto, suas limitações para se expressar e influenciar através dos canais institucionais; e a pressão para que sejam adotados valores que no caso do México apresentam-se contraditórios. Ou seja, a mudança de valores no México e das instituições educativas apresenta-se em um contexto muito desfavorável. Por

³ Inglehart tem uma ampla bibliografia sobre o tema, citamos esta por incluir o caso do México.

⁴ Sobre os movimentos sociais e as novas formas de participação consultar MELUCCI, 1989.

um lado encontramos um governo, apoiado pelos grupos empresariais, com escassa margem de manobra, que renunciou à defesa da sua população, que limitou o gasto social, provocando sua deterioração em prejuízo da população, que encontrou fechados os canais político-institucionais para a participação e o processamento de demandas, e que acirrou o autoritarismo do regime como correlato à incapacidade para resolver os problemas sociais. Por outro lado, encontramos uma sociedade com enormes problemas e com sinais de reorganização autônoma, em parte impulsionada pelo exterior, que tende a se expressar fora dos canais institucionais. Ou seja, a mudança ocorrerá como enfrentamento entre setores, como uma luta pela definição da historicidade.

A crise dos valores políticos no México

No caso específico do México a mudança de valores apresenta-se como uma força particular, posto que, às pressões da globalização e da forma de se ajustar à nova realidade internacional, adiciona-se a paulatina erosão dos valores tradicionais ligados à Revolução Mexicana⁵. Esta transformação tem, ao menos, três origens internas diferentes, embora ligadas entre si.

Em primeiro lugar, sem que implique ordem ou hierarquia, destaca-se a crítica intelectual realizada nas últimas três décadas da história criticando conceitos centrais da cultura política mexicana, como: a) a “democracia à mexicana”, evidenciando o caráter claramente autoritário do regime político mexicano, criticando a inoperância do presidencialismo exacerbado, a existência do partido de Estado, o desmedido centralismo, a carência de um verdadeiro estado de direito. Nesta linha se destacam os trabalhos de Pablo Gonzalez Casanova sobre a “Democracia no México” e a obra de Otavio Paz e do grupo “Vuelta”, e também os trabalhos de Daniel Cosío Villegas; b) o nacionalismo, mostrando, como o faz Roger Bartra, seu lado autoritário, sectário, excludente e repressivo; c) reavaliando personagens antigos, como Porfírio Díaz, tal como é feito na obra de Enrique Krause, que haviam sido configurados como os paradigmas negativos da história

⁵ Esta preocupação não é somente nossa, parece ser universal como Jesús Mosterín escreve: “A situação cultural de nossa época caracteriza-se pelo estrepitoso fracasso de todas as religiões e ideologias como guias de nossa forma de pensar e de viver. A queda destes velhos ideários nos deixou como naufragos intelectuais em um mar sem pontos de referência. Nunca no passado os humanos (isto é, os seres humanos, homens ou mulheres) fomos tão livres, nem estivemos tão bem informados como agora. Porém, nosso desassossego e desorientação são óbvios, assim como nossa carência de respostas claras e soluções compartilhadas aos problemas de nosso tempo, tanto pessoais, como ecológicos e políticos.” MOSTERIN, 1995, p. 2.

mexicana e que foram analisados procurando erradicar os preconceitos, mostrando as arestas positivas e negativas da sua gestão; e ainda fazendo uma nova interpretação de épocas inteiras como no trabalho de Arnaldo Córdoba sobre a ideologia da Revolução Mexicana, ou a de François Xavier Guerra que realiza uma esplêndida interpretação conservadora do período da Independência até a Revolução de 1910, acabando com o mito de que a Revolução fora a “parteira” das mudanças ulteriores, pondo em evidência que estas já estavam se desenvolvendo nos períodos anteriores. Estejam ou não com a razão, conseguiram colocar em debate um conjunto de idéias e valores que antigamente eram considerados válidos e fora de discussão, e que conformavam o núcleo da ideologia do nacionalismo revolucionário e da cultura política mexicana. Pode-se dizer que perdeu-se o sentido da história, sua unidimensionalidade.

Em segundo lugar, destaca-se a ação coletiva de uma série de movimentos que também colocaram em xeque um conjunto de valores. Entre tais movimentos destaca-se o feminista, que não somente colocou na berlinda o outrora orgulhoso machismo mexicano⁶, mas que incidiu na vida política reivindicando igualdade para as mulheres e o fim da dominação por parte do homem em todas as esferas da vida pública e privada. A reivindicação sobre o direito de decidir sobre sua sexualidade, tem mexido em alguns dos valores mais incorporados da cultura mexicana. Destacam-se, da mesma forma, os movimentos étnicos que, potencializados pelo levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional em janeiro de 1994, recolocaram o problema da autonomia, da desigualdade a que foram submetidos por séculos de dominação sem piedade, e da necessária reorganização do Estado mexicano para assegurar seus direitos e sua continuidade como povos, como nações. Os movimentos urbano-populares, os ecologistas, os anti-nucleares, os de homossexuais e lésbicas, também contribuíram com a crítica aos valores estabelecidos. Ao lado destas ações coletivas de origem social, o movimento propriamente político pela democratização do regime teve um papel central. Os partidos de oposição conseguiram, junto a uma série de outros movimentos civis, conquistas importantes para por em crise o velho regime autoritário e os valores que o sustentavam; colocaram na berlinda o partido de Estado e o executivo, forçando-os a ceder na democratização, em eleições cada vez mais limpas e críveis, tirando sua posição de autoridade suprema.

⁶ Como o apresentou até o cansaço o cinema mexicano da “época de ouro” onde o homem mulherengo, bêbado e pendenciador era a personagem central.

Em terceiro lugar, é necessário apontar a ação da modernização da sociedade mexicana, basicamente, o aumento da urbanização e o crescimento significativo da escolaridade, a diminuição do analfabetismo e o aumento dos anos de escolaridade média dos mexicanos. Como é conhecido, este processo de modernização está ligado à secularização dos valores tradicionais, à sua dessacralização (HUNTINGTON, 1994; INGHEHART, 1993, p. 9-42; LIPSET, 1995, p. 2-18).

O resultado da ação dos três fatores assinalados foi um enfraquecimento dos antigos valores, sem que até hoje se possa observar um conjunto de novos valores que orientem a ação social, e que se possa dizer que constituam uma nova ordem. Pelo contrário, vemos uma pugna entre vários grupos para implantar seus valores, os “novos valores”. Desde o governo, apoiado por grupos empresariais e vários intelectuais, impulsiona-se abertamente os valores liberais, relacionados com a nova ordem econômica mundial, ao chamado neoliberalismo, enquanto que outros setores e organizações fazem pressão pela democratização política e social, o respeito pelos direitos humanos, etc. Vemos, em resumo, uma luta pela nova ordem social e política, uma luta pela historicidade, como diria Alan Touraine.

Esta luta faz parte da crise política que impede que as velhas regras do fazer político e de se fazer política funcionem “automaticamente”. O grau de incerteza tem aumentado, e por isso surgem as perguntas: ‘quais são os novos valores que podem substituir os velhos?’ e ainda, ‘como pode a sociedade adotar esses novos valores?’.

Antes de continuar devemos analisar a relação atual entre a educação e a cultura política dos cidadãos mexicanos, para saber qual é o desafio a ser superado, o que é que se tem que transformar.

Educação e cultura política no México⁷

Para estudar esta relação, é necessário diferenciar algumas das muitas funções da educação: a cognoscitiva, que forma intelectualmente aos alunos, cria o senso crítico, reflexivo; a socialização, que transmite para os alunos os valores básicos de identidade nacional e local, dota e reforça seus valores morais; a formação da personalidade, para que o indivíduo adquira segurança e confiança nas instituições que o circundam, permitindo que atue com um ser autônomo, capacitado para dissentir, se opor, sabendo que está no seu direito fazê-lo. Como veremos, os anos de escola dão à criança uma formação que abrange desde o

⁷ Para uma revisão de como tem sido tratado o tema na literatura sociológica pode ser consultado: SMITH, 1995.

afetivo, da conformação de identidades primárias, ao cognoscitivo para desenvolver a capacidade de pensar, criticar e, com isto, permitindo a conformação de culturas políticas nitidamente diferenciadas, ao mesmo tempo que desenvolve uma personalidade autônoma.

A informação que utilizamos corresponde à pesquisa sobre a cultura política dos mexicanos realizada em 1993⁸.

1. Na parte afetiva da cultura política parece haver um núcleo central constituído pelos símbolos patrióticos, em torno dos quais existe um consenso completo, que não se modifica com o aumento da escolaridade, e que existe com a mesma intensidade ainda que na ausência de escolaridade. Na Tabela 1, podemos ver que os heróis da Independência, da Reforma e da Revolução gozam da admiração de quase todos os mexicanos; além disso a não-resposta é mínima, todos os conhecem e se reconhecem neles. Não temos informação sobre outros símbolos patrióticos, como a bandeira nacional, o escudo ou o hino, mas é muito provável que encontrássemos uma resposta similar.

Este núcleo básico de identificação é transmitido às crianças por todas as instâncias socializadoras e ficam como referências incontestáveis, reforçadas periodicamente por cerimônias e símbolos patrióticos.

Como parte deste núcleo encontra-se, de um lado, a identificação com certas instituições sociais, particularmente a família (como se observa na Tabela 2) onde todos os indivíduos, independentemente do nível de escolaridade, afirmaram confiar plenamente nela. De outro lado, está a convicção de que o Estado deve intervir na economia e na vida pública para assegurar o bem-estar da sociedade⁹ (ver a Tabela 3) e a simpatia que sentem os mexicanos pelo Presidente da República em exercício: 86% disseram que o presidente agradava, contra 9,4% que afirmaram que ele lhes era indiferente¹⁰.

⁸ A pesquisa foi aplicada em outubro de 1993 a maiores de 18 anos, consta de 2.280 entrevistados, é representativa nos níveis nacional, do Distrito Federal, das cidades entre 500.001 habitantes e mais, excetuando o D.F., das localidades de 10.001 a 500.000 habitantes e das localidades de menos de 10.000 habitantes. O levantamento foi feito com base em uma amostra de várias etapas até o nível de moradia e nestas se fez a seleção dos entrevistados por cotas de sexo, idade e educação.

⁹ O termo “estatismo” corresponde à visão do Estado como responsável pelos indivíduos, paternalista, onde os cidadãos pensam que o seu bem-estar depende das políticas públicas e não do seu esforço pessoal. Este termo pode estar associado facilmente à crítica neoliberal ao Estado inchado e ineficaz, porém não implica a necessidade de limitar o Estado à função de vigiar o bom funcionamento do mercado, sem uma responsabilidade social.

¹⁰ A aceitação da figura presidencial durante o sexênio de Carlos Salinas poderia atribuir-se ao excesso de propaganda e manipulação positiva da imagem. Porém, a apreciação da figura presidencial e o orgulho pelo governo foram dados detectados pelo trabalho original de ALMOND, G.; VERBA, S., 1963.

Tabela 1
Relação entre escolaridade e Identificação com os heróis nacionais

Escolaridade	(% dos que têm muita admiração)			
	Miguel Hidalgo	Benito Juarez	Francisco Madero	Emiliano Zapata
Até 5 anos	8.941 79,1	9.029 79,9	7.841 69,4	8.554 75,7
Primário completo	4.701 88,5	4.701 88,5	4.166 78,4	4.313 81,2
Secundário incompleto	1.329 80,6	1.376 83,4	1.243 75,3	1.258 76,2
Secundário completo	2.799 79,9	2.887 82,4	2.433 69,4	2.382 68,0
Bacharelado incompleto	795 78,3	831 81,8	641 63,2	747 73,5
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.598 89,5	2.692 92,8	2.196 75,7	2.552 87,9
Educação Superior ou mais	1.504 81,9	1.580 86,0	1.128 61,4	1.480 80,6
Não sabe	1 24,8	1 24,8	1 24,8	1 24,8
Total das colunas	22.669 82,3	23.097 83,9	19.650 71,4	21.288 77,3

O estatismo, contra o que se poderia supor, incrementa-se com a escolaridade, enquanto a simpatia que os entrevistados sentiam por Carlos Salinas de Gortari é independente da escolaridade atingida. Ao contrário dos símbolos patrióticos anteriores ou da confiança que sente-se na família, estes indicadores mostram a relação dos mexicanos com as instituições do executivo, tanto com a presidência, como com o Estado. Certamente há uma relação de dependência dos cidadãos frente a estas instituições, ou seja, está pouco desenvolvido o sentimento de autonomia individual, de cidadania independente.

Diante destes consensos básicos encontramos um mundo de desconfiança, tanto na maioria das instituições, como na própria capacidade dos mexicanos para influenciar a política (os dados aparecem na Tabela 2). A confiança que os

mexicanos expressam perante instituições como o governo, nos vizinhos, nos meios de comunicação de massas, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos colegas de trabalho, nos empresários, na polícia, nos juizes e na justiça, nos deputados e senadores, nos militares e nas associações de bairro, é baixa e aumenta com a escolaridade, ou seja, na medida que o indivíduo tem maior conhecimento e maior capacidade reflexiva. sua confiança diminui. As exceções são a igreja, a escola e os professores, e organizações camponesas e indígenas que são merecedoras da confiança da maioria dos entrevistados. Como é sabido, a confiança interpessoal e nas instituições da sociedade é um dado básico da cultura política cívica que garante a possibilidade de que o indivíduo colabore na vida pública na qual acredita, e que o faça pensando que terá respaldo. A desconfiança interpessoal, por exemplo, nos amigos ou vizinhos, e nas instituições, é um dado que remete o indivíduo a seus núcleos primários, à família, à certas organizações com grande força moral, a igreja, a escola e os professores; ou afetivamente significativas, como é o caso das organizações camponesas e indígenas.

Da mesma forma, é muito importante o dado que para a maioria dos entrevistados sua auto-percepção frente à política seja negativa - a maioria opinou que não tem capacidade para influenciar nela - sua competência frente à política, como a chamaram Almond e Verba (1963), ou sua eficácia como preferem denominá-la outros autores é muito baixa (CRAIG; CORNELIUS, 1980). Os indicadores aparecem na Tabela 4.

Nestes indicadores a escolaridade não é um fator que aumenta a auto-valorização dos cidadãos frente à política, mostrando um comportamento errático e tendências heterosedásticas. Ainda nos níveis de alta escolaridade, a porcentagem dos que estão muito de acordo com as perguntas não chega a superar 50% dos casos. Assim, junto ao núcleo afetivo, patriótico, encontramos uma baixa confiança nas instituições sociais e políticas, - com as exceções ressaltadas - e uma baixa eficiência política das pessoas - os entrevistados não acreditam nas instituições e, talvez por isso, não acreditam poder influenciar nelas¹¹.

¹¹ Na pesquisa perguntou-se sobre a percepção da lei: O/A senhor/a acredita que as leis que nos afetam mais diretamente, abrangem a todas as pessoas por igual ou as colocam em forma desigual? Os resultados são muito similares, a grande maioria, sempre superior ao 70% dos casos, respondeu que a lei trata as pessoas de forma diferenciada. A maioria também respondeu que os deputados e senadores têm outros interesses e não representam a população. Ou seja os entrevistados não confiam na justiça, nem no sistema parlamentar de representação.

Tabela 2
Relação entre escolaridade e confiança nas instituições
(% das afirmações de total confiança)

Escolaridade	Família	Governo	Igreja	Vizinhança	TV, Rádio, Imprensa	Sindicatos	Escolas, Professores	Companheiros de Trabalho
Até 5 anos	9.840 87,0	3.975 35,2	7.614 67,3	3.364 29,8	3.137 27,7	1.572 13,9	5.989 53,0	2.312 20,5
Primário completo	4.613 86,8	2.012 37,9	3.600 67,8	1.518 28,6	1.504 28,3	1.077 20,3	2.769 52,1	1.420 26,7
Secundário incompleto	1.420 86,1	650 39,4	924 56,0	469 28,4	397 24,1	383 23,3	720 43,6	561 34,0
Secundário completo	2.930 83,6	614 17,5	1.428 40,8	344 9,8	358 10,2	290 8,3	1.036 29,6	296 8,4
Bacharelado incompleto	901 88,8	122 12,0	445 43,8	98 9,7	63 6,3	21 2,0	373 36,7	155 15,3
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.519 86,8	607 20,9	1.148 39,5	485 16,7	409 14,1	288 9,9	1.401 48,3	456 15,7
Educação Superior ou mais	1.546 84,2	240 13,1	212 11,5	150 8,2	18 1,0	22 1,2	513 27,9	297 16,2
Não Sabe	6 100		6 100	4 75,2	6 100		4 75,2	
Total das colunas	23.774 86,3	8.220 29,9	15.377 55,9	6.433 23,4	5.893 21,4	3.651 13,3	12.805 46,5	5.496 20,0

Escolaridade	Partidos políticos	Empresários	Polícia	Justiça e juizes	Deputados e Senadores	Associações de bairro	Militares	Organizações Camponesas e Indígenas
Até 5 anos	1.523 13,5	1.189 10,5	2.132 18,9	1.911 16,9	1.928 17,1	2.456 21,7	3.184 28,2	4.422 39,1
Primário completo	904 17,0	767 14,4	981 18,5	1.043 19,6	968 18,2	1.233 23,2	1.383 26,0	2.126 40,0
Secundário incompleto	488 29,6	345 20,9	411 24,9	377 22,8	372 22,5	431 26,1	580 35,1	697 42,3
Secundário completo	192 5,5	98 2,8	194 5,5	330 9,4	260 7,4	309 8,8	486 13,9	1.083 30,9
Bacharelado incompleto	49 4,9	22 2,2	37 3,7	82 8,1	32 3,2	91 9,0	227 22,4	291 28,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	352 12,1	414 14,3	346 11,9	605 20,9	499 17,2	550 19,0	678 23,4	1.184 40,8
Educação Superior ou mais	93 5,1	50 2,7	48 2,6	116 6,3	55 3,0	336 18,3	139 7,6	414 22,5
Não Sabe		4 75,2						
Total das colunas	3.602 13,1	2.889 10,5	4.149 15,1	4.465 16,2	4.114 14,9	5.406 19,6	6.677 24,3	10.218 37,1

Tabela 3
Relação entre escolaridade e escala de liberalismo-estatismo¹² (n/%)

Escolaridade	Liberalismo	Indeciso	Estatismo	NS/NR	Total
Até 5 anos	2.589 20,3	698 5,5	4.158 32,6	5.302 41,6	12.747 46,5
Primário completo	1.207 20,6	378 6,5	2.534 43,3	1.732 29,6	5.850 21,3
Secundário incompleto	299 22,1	174 12,8	530 39,1	352 26,0	1.355 4,9
Secundário completo	395 13,0	300 9,9	1.999 65,8	343 11,3	3.037 11,1
Bacharelado incompleto	69 8,3	16 1,9	686 82,9	57 6,9	828 3,0
Bacharelado completo e Ensino Técnico	211 9,6	129 5,9	1.647 75,0	209 9,5	2.195 8,0
Educação Superior ou mais	64 4,6	43 3,1	1.182 84,4	110 7,9	1.399 5,1
Não Sabe (*)			4 75,2	1 24,8	6 0,0
Total das colunas	4.833 17,6	1736 6,3	12.741 46,5	8.107 29,6	27.417 100,0

(*) em algumas tabelas a total de respostas “não sabe” não soma o total devido a um caso perdido.

¹² Sobre a construção da escala se pode consultar: MARTINS; DURAND, 1995.

Tabela 4
Relação entre escolaridade e confiança pessoal

Escolaridade	Porcentagem dos que concordam				Porcentagem dos que não sabem			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Até 5 anos	4.765 42,2	3.978 35,2	5.022 44,4	3.960 35,0	2.414 21,4	2.550 22,6	2.436 21,6	2.824 25,0
Primário completo	2.952 55,6	2.171 40,9	2.421 45,6	2.473 46,6	653 12,3	753 14,2	814 15,3	643 12,1
Secundário incompleto	694 42,1	441 26,7	607 36,8	581 35,2	51 3,1	50 3,0	78 4,7	121 7,3
Secundário completo	1.442 41,1	1.304 37,2	1.793 51,2	1.709 48,8	253 7,2	220 6,3	170 4,9	182 5,2
Bacharelado incompleto	375 36,9	246 24,2	438 43,1	403 39,6	2 0,2	16 1,6	3 0,3	5 0,4
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.118 38,5	842 29,0	812 28,0	1.083 37,3	47 1,6	12 4	57 2,0	57 1,9
Educação Superior ou mais	880 47,9	835 45,5	774 42,2	549 29,9	2 1,0	8 0,4		
Não Sabe					4 75,2	4 75,2	4 75,2	4 75,2
Total das colunas	12.226 44,4	9.817 35,7	11.867 43,1	10.759 39,1	3.426 12,4	3.613 13,1	3.562 12,9	3.836 13,9

Afirmações analisadas:

1. O voto é o único modo de dizer ao governo se faz bem ou mal.
2. Não acredito que os funcionários do governo se preocupem muito com o que as pessoas como eu pensam.
3. Às vezes, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que acontece.
4. Pessoas como eu não tem como influir no que o governo faz.

É importante ressaltar que a confiança dos mexicanos está depositada basicamente na família, no núcleo familiar, e isto tem importantes conseqüências no desempenho público dos indivíduos. A desconfiança nas instituições, e nas instituições políticas principalmente, impede a associação do cidadão com propósitos públicos, torna difícil a colaboração com outras pessoas, com desconhecidos, os quais costuma ver como estranhos, ou ainda como inimigos. A desconfiança nas instituições públicas comumente implica uma visão pobre ou negativa do direito ou das leis, vistas como normas que na realidade não regulam a ação social ou política. Este tema já tratado por alguns autores é de uma importância crucial para a vida democrática, baseada na pluralidade e na incerteza, que se defronta com as relações primárias baseadas na família, as quais privilegiam a lealdade, a certeza, a exclusão do outro (ver LOMNITZ; COLEMAN; DAVIS, 1988).

Em resumo, podemos afirmar que existe um núcleo básico da cultura nacional que diz respeito aos símbolos patrióticos nos quais a escolaridade não parece influenciar. Ao lado, encontramos certas opiniões que refletem forte apego ao Estado, a quem se atribui a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos, e pela instituição presidencial, com a que todos identificam-se ou simpatizam. Junto a este núcleo encontramos a existência de uma cultura da desconfiança nas instituições e na capacidade dos entrevistados para influenciar na política que se mitiga com a escolaridade. Esta gera maior confiança pessoal, interpessoal e nas instituições, criando condições para a participação cidadã. Contudo, a escolaridade não consegue superar a síndrome da desconfiança.

2. Na dimensão cognoscitiva encontramos os melhores efeitos da escolaridade. Quando pesquisamos sobre o poder de conceitualização dos entrevistados achamos diferenças fundamentais. Nas perguntas sobre o significado da democracia, do significado de ser de esquerda e ser de direita, observamos que os entrevistados com uma escolaridade primária incompleta ou menos mostram porcentagens superiores ao 79% de respostas “não sabe”, como se observa na Tabela 5. Somente a partir do bacharelado, mais de 75% emitiram uma resposta sobre o significado da democracia; no caso do significado de ser de esquerda ou de direita, essa porcentagem somente é atingida no nível de educação superior.

Tabela 5
Relação entre escolaridade e a incapacidade de conceitualizar a democracia,
a esquerda e a direita
(% de respostas “não sabe”)

Escolaridade	Democracia	Esquerda	Direita
Até 5 anos	8.757 77,5	8.634 76,4	8.263 73,1
Primário completo	3.729 70,2	3.612 68,0	3.371 63,5
Secundário incompleto	947 57,4	928 56,2	1.003 60,8
Secundário completo	1.686 48,1	1.766 50,4	1.698 48,4
Bacharelado incompleto	273 26,9	345 34,0	320 31,5
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.055 36,3	1.077 37,1	1.273 43,9
Educação Superior ou mais	152 8,3	303 16,5	250 13,6
Não Sabe	4 75,2	6 100,0	6 100,0
Total das colunas	16.603 60,3	16.603 60,5	16.603 58,8

Perguntas: O que é democracia? O que significa ser de esquerda? O que significa ser de direita?

Ou seja, a possibilidade de conceituar a política, de pensá-la em abstrato, está intimamente relacionada com a escolaridade e em especial com os níveis altos de escolaridade, de bacharelado em diante. Os níveis mais baixos influem pouco na capacidade dos indivíduos para definir conceitos básicos da política.

O mesmo papel importante que desempenha a escolaridade encontramos nas variáveis sobre o acesso aos meios de informação e o nível de informação que têm os entrevistados, ou seja, na capacidade dos cidadãos de se informar sobre política e de participar com base nisso. Como é possível observar na Tabela 6, a escolaridade introduz uma diferença significativa entre os entrevistados que ouvem ou assistem noticiários, que se informam dos acontecimentos políticos através de noticiários de televisão ou de rádio, e pela leitura de jornais ou revistas. Neste último caso os limites extremos da escolaridade mostram uma diferença superior aos 60 pontos percentuais, enquanto que nas outras a diferença é maior do que 30%.

O nível de conhecimento político, medido pelo conhecimento do nome dos governantes e representantes populares, deputados e senadores, e dos presidentes dos partidos políticos, indica a mesma importância da escolaridade (ver a Tabela 7). O nome do presidente Carlos Salinas de Gortari era conhecido por 88% dos entrevistados, mas entre os de maior escolaridade esse número chegava quase a 100%, enquanto que nos de primário ou menos, a porcentagem é de 83%, uma proporção sem dúvida elevada, mas ainda assim, 15% inferior. Já no caso do nome do governador, ou do regente no caso da cidade de México, as diferenças são significativas. Enquanto somente pouco mais de um terço dos que têm primário completo ou menos conhecem o nome, os que têm bacharelado ou mais ultrapassam os três quartos. No caso dos prefeitos ou delegados para o Distrito Federal, os dados sobre os que conhecem são inferiores, porém a diferença é proporcionalmente maior nos extremos da escolaridade.

Os demais dados sobre o conhecimento dos deputados, senadores ou presidentes de partidos políticos são extremamente baixos e somente os de elevada escolaridade atingem valores próximos a 10%. Não há dúvida de que a escolaridade é um fator básico e central para a capacidade de conceitualizar a política e para ter acesso à informação sobre seus acontecimentos e, no mesmo sentido, podemos pensar que é necessária para a reflexão racional sobre a política. Sem ela os indivíduos são alheios à política ou a política lhes resulta alheia; em geral, com pouca escolaridade participa-se de forma pouco informada e sem capacidade de conceituá-la¹³.

¹³ É muito importante diferenciar a capacidade lógica de conceituar que é inata ao indivíduo, o uso da língua implica essa capacidade de abstração, da capacidade para dominar certos espaços ou âmbitos sociais, ou universos de significação, como é o caso da política.

Tabela 6
Relação entre escolaridade e a interação com os meios de comunicação de massas

Escolaridade	Ouve ou vê freqüentemente noticiários	Vê notícias na T.V.	Ouve Rádio	Lê periódicos e revistas
Até 5 anos	1.713 15,2	8.755 77,4	7.634 67,5	3.107 27,5
Primário completo	921 17,3	4.395 82,7	3.519 66,2	2.282 43,0
Secundário incompleto	409 24,8	1.546 93,7	1.106 67,0	1.199 72,6
Secundário completo	969 27,6	3.758 92,9	2.318 66,1	2.017 57,5
Bacharelado incompleto	421 41,5	974 95,9	685 67,5	666 65,6
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.238 42,7	2.822 97,2	1.891 65,2	2.075 71,5
Educação Superior ou mais	999 54,4	1.756 97,3	1.150 62,6	1.478 80,5
Não Sabe	1 24,8	6 100,0	6 100,0	
Total das colunas	6.672 24,2	23.511 85,5	18.309 66,5	12.824 46,6

Perguntas: Ouve ou vê noticiários? Como se informa sobre os acontecimentos do país?

Tabela 7
Relação entre escolaridade e o conhecimento de nomes de políticos e governantes
(n/ %)

Escolaridade	Presidente	Governador	Prefeito Municipal ou Delegado	Algum Senador	Algum Deputado Federal	Presidente de Algum Partido Político
Até 5 anos	9.424 83.4	3.764 33.3	4.387 38.8	227 2.0	105 .9	70 .6
Primário completo	4.418 83.2	1.928 36.3	2.604 49.0	44 .8	20 .4	108 2.0
Secundário incompleto	1.591 96.4	781 47.3	529 32.1	58 3.5	9 .5	77 4.7
Secundário completo	3.253 92.8	1.975 56.4	1.647 47.0	136 3.9	120 3.4	55 1.6
Bacharelado incompleto	966 95.1	711 70.0	539 53.0	59 5.9	34 3.4	78 7.7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.747 94.6	2.064 71.1	1.450 50.0	45 1.5	77 2.6	104 3.6
Educação Superior ou mais	1.830 99.6	1.543 84.0	1.167 63.5	251 13.7	197 10.7	213 11.6
Total das colunas	24.228 88.0	12.767 46.4	12.322 44.8	821 3.0	561 2.0	704 2.6

3. A capacidade crítica dos indivíduos pode ser observada através da avaliação que os entrevistados fizeram de diferentes dimensões da política. Em relação ao regime político, a maioria dos entrevistados - 66.3% - respondeu que existe democracia no México (ver Tabela 8). As diferenças introduzidas pelos diferentes graus de escolaridade são significativas, os dados não são homosedásticos, não têm uma tendência somente ascendente ou descendente, e as cifras maiores correspondem aos valores médios de escolaridade, primária e secundária. Nos níveis de baixa escolaridade as cifras dos que afirmam que existe uma democracia são baixas em relação ao número de entrevistados que responderam “não sei”. Para os de maior escolaridade, a resposta afirmativa tende a diminuir, sem chegar a quebrar a maioria, e aumenta também a resposta

indecisa: “algumas vezes é democrático”. Chama a atenção que seja nos níveis médios onde se acredite mais que existe democracia sem respostas duvidosas ou “não sei”; ou seja, nestes níveis de escolaridade cria-se uma falsa imagem do regime político, que na verdade é congruente com o que diz a Constituição da República e com o discurso oficial, mas que não corresponde à realidade. O conhecimento transmitido pela escola nestes níveis se parece com uma doutrinação acrítica, valendo a redundância. Como foi mostrado anteriormente, este dado é coerente com a falta de capacidade de conceituar que existe nestes níveis de escolaridade, como foi mostrado anteriormente, não existe a capacidade de crítica ou, dito em termos psicológicos, os indivíduos com este nível de escolaridade não são autônomos, ‘piagetianamente’¹⁴ falando. O pensamento político reflexivo aparece após o nível de escolaridade secundário e isso nos leva a formular a conclusão de que até esse nível o papel da escolaridade tem sido o de reforçar o regime político, gerando adesões e dando base a valores ou imagens distorcidas. Cumpriu com o exigido pelo regime pós-revolucionário.

É importante destacar que o efeito da educação básica sobre a cultura política dos indivíduos é a realização do projeto estatal: socializar os alunos nos princípios e valores derivados da ideologia da Revolução Mexicana, centrada em um nacionalismo excludente e autoritário; fazer acreditar que o regime é democrático e que o governo mantém o compromisso com os setores populares, além de, obviamente, reforçar a identidade com os símbolos patrióticos, gerando uma continuidade simbólica entre família, comunidade, nação, governo, PRI, como se tratasse das mesmas coisas. Esta ideologia é rompida com o aumento da educação a partir do bacharelado.

A avaliação que os entrevistados realizaram sobre as instituições políticas, como os partidos, o trabalho dos deputados e senadores, e sobre a atuação do governo, também mostram resultados interessantes. Com relação aos partidos, a maior escolaridade está acompanhada de uma melhor apreciação ao considerar que estes defendem os interesses do cidadão, e que facilitam a participação da cidadania na política. Ao contrário, a maior escolaridade está associada a uma avaliação negativa dos deputados, senadores e do governo. Aqui, observa-se claramente que a maior escolaridade derruba a adesão acrítica às instituições legislativas e ao governo, e legitima a existência dos partidos (ver Tabelas 9 a 11).

¹⁴ Referência a Piaget.

Tabela 8
Relação entre escolaridade e a opinião sobre a existência de democracia no México

Escolaridade	Existe	Não Existe	Algumas Vezes	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	7.224 63,9	500 4,4	992 8,8	2.431 21,5	159 1,4	11.305 41,1
Primário completo	3.693 69,5	345 6,5	411 7,7	862 16,2	2 0,0	5.312 19,3
Secundário incompleto	1.309 69,5	90 5,5	103 6,3	147 8,9		1.650 6,0
Secundário completo	2.424 69,1	454 13,0	457 13,0	163 4,6	8 0,2	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	718 70,7	62 6,1	209 20,6	24 2,3	3 0,3	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.953 67,3	414 14,3	425 14,7	108 3,7	2 0,1	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	922 50,2	506 27,5	402 21,9	7 0,4		1.837 6,7
Não Sabe	6 100,0					6 0,0
Total das colunas	18.248 66,3	2.372 8,6	2.998 10,9	3.742 13,6	173 0,6	27.533 100,0

Tabela 9
Relação entre escolaridade e a opinião sobre se os partidos facilitam ou dificultam a participação dos cidadãos na política.

Escolaridade	Facilitam	Dificultam	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	4.950 43,8	2.693 23,8	3.422 30,3	240 2,1	11.305 41,1
Primário completo	2.610 49,1	1.724 32,5	970 18,3	8 0,2	5.312 19,3
Secundário incompleto	1.130 68,5	384 23,3	133 8,1	3 0,2	1.650 6,0
Secundário completo	2.010 57,3	885 25,3	419 11,9	192 5,5	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	665 65,5	310 30,5	11 1,1	29 2,8	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.819 62,7	930 32,1	137 4,7	16 0,6	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	1.355 73,8	430 23,4	18 1,0	34 1,8	1.837 6,7
Não Sabe		4 75,2	1 24,8		6 0,0
Total das colunas	14.539 52,8	7.361 26,7	5.111 18,6	522 1,9	27.533 100,0

Acreditamos que o conjunto de respostas dos entrevistados com alta escolaridade possa ser interpretado como um repúdio ao sistema atual e um apoio ao sistema de partidos relacionado com alguma coisa diferente, talvez com alguma alternativa. O caso contrário seriam os grupos com baixa escolaridade que apresentam a pauta oposta, uma aprovação maior dos legisladores e do governo, e uma maior aprovação dos partidos, uma mais conservadora em relação à ordem atual. As freqüências de respostas “não sabe” contribuem para esta interpretação.

4. Com os dados anteriores podemos constatar a existência de três públicos ligados ao nível de escolaridade. Os três públicos compartilham um núcleo básico de valores patrióticos que os iguala como membros de uma mesma comunidade política, que expressa-se nesse consenso básico, junto ao qual existe, como um dado generalizado, um cinismo político que a escolaridade não consegue quebrar. No primeiro público, a cultura política aponta para uma concepção da política como alguma coisa alheia ao indivíduo, à qual transcende, que não entende e que se expressa em um “não sabe” generalizado. No segundo público, vemos que participa de forma heterônoma, sem capacidade crítica sobre a política, e que tem uma adesão passiva ao regime. No terceiro público, os entrevistados participam criticamente, com capacidade de conceituar e com informação sobre os eventos e personagens políticos. O primeiro público é relacionado com a baixa escolaridade, o segundo, com uma escolaridade intermediária, entre primária completa e secundária, e o terceiro, com a alta escolaridade, bacharelado ou mais. Não é demais ressaltar que estas relações escondem a presença de outras variáveis, como o tamanho da localidade associada a sistemas políticos patrimoniais, muito autoritários e marcados pelo caciquismo, que incidem sobre a heteronomia dos indivíduos, assim como instituições centrais mais tradicionais, como a família ou a religião.

A relação entre a escolaridade e os valores políticos mostra resultados que reforçam nossa hipótese de que a escolaridade nos seus primeiros níveis parece favorecer uma cultura autoritária como produto da socialização. Os indicadores de adesão democrática possibilita evidenciar o que dissemos anteriormente.

Os resultados apresentados na Tabela 12 indicam que a relação entre a escolaridade e a adesão democrática não é linear. Nos primeiros níveis encontramos um predomínio de respostas “não sabe”, mas nos níveis correspondentes à escolaridade primária e a secundária, o “não sabe” diminui e aumentam as respostas contrárias à democracia. Já nos níveis de alta escolaridade, claramente há uma predominância da adesão democrática, e a partir do bacharelado é possível dizer que existe um consenso democrático¹⁵.

¹⁵ FLISFISH, 1987, p. 99-126. O autor define o consenso democrático quando os indicadores positivos de adesão democrática representam entre 100% e 74% das respostas. Chama de dissenso democrático

Tabela 10
Relação entre escolaridade e a opinião sobre o trabalho de senadores e deputados

Escolaridade	Excelente ou bom	Regular	Ruim ou péssimo	NS/NR	Total
Até 5 anos	5.368 45,2	3.444 43,3	1.397 38,0	2.537 65,2	12.747 46,5
Primário completo	2.420 20,4	1.904 23,9	611 16,6	916 23,5	5.850 21,3
Secundário incompleto	662 5,6	428 5,4	136 3,7	130 3,3	1.355 4,9
Secundário completo	1.406 11,8	911 11,5	468 12,7	251 6,4	3.037 11,1
Bacharelado incompleto	389 3,3	315 4,0	118 3,2	6 0,1	828 3,0
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.095 9,7	494 6,2	571 15,5	35 0,9	2.195 8,0
Educação Superior ou mais	545 4,6	457 5,7	379 10,3	18 0,5	1.399 5,1
Não Sabe	4 0,0			1 0,0	6 0,0
Total das colunas	11.889 43,4	7.952 29,0	3.681 13,4	3.894 14,2	27.417 100,0

quando as porcentagens oscilam entre 75% e 60%, dissenso quando estão entre 60% e 40%, dissenso autoritário, entre 40% e 25% e consenso autoritário entre 25% e 0% das respostas.

Tabela 11
Relação entre escolaridade e a opinião sobre quais interesses são favorecidos pela atuação do governo

Escolaridade	Interesses de toda a população	Interesses de poucos	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	7.265 64,3	3.093 27,4	863 7,6	84 0,7	11.305 41,1
Primário completo	3.584 67,5	1.463 27,5	262 4,9	4 0,1	5.312 19,3
Secundário incompleto	1.014 61,5	616 37,3	20 1,2	1 0,0	1.650 6,0
Secundário completo	1.845 52,6	1.411 40,2	197 5,6	52 1,5	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	453 44,7	488 48,1	67 6,6	7 0,7	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.266 43,6	1.570 54,1	58 2,0	9 0,3	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	720 39,2	1.095 59,6	20 1,1	2 0,1	1.837 6,7
Não Sabe	4 75,2	1 24,8			6 0,0
Total das colunas	16.153 58,7	9.736 35,4	1.486 5,4	158 0,6	27.533 100,0

Tabela 12
Relação entre Escolaridade e adesão democrática (% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	1	2	3	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	4.469 39,5	880 7,8	1.534 13,6	4.066 36,0	356 3,1	11.305 41,1
Primário completo	2.454 46,2	629 11,8	971 18,3	1.179 22,2	80 1,5	5.312 19,3
Secundário incompleto	867 52,5	165 10,0	451 27,3	138 8,4	29 1,8	1.650 6,0
Secundário completo	2.094 59,8	722 20,6	340 9,7	337 9,6	11 0,3	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	808 79,6	83 8,2	87 8,6	36 3,5	1 0,1	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.259 77,8	159 5,5	366 12,6	37 1,3	81 2,8	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	1.545 84,1	104 5,6	146 7,9	16 0,9	26 1,4	1.837 6,7
Não Sabe	1 24,8			4 75,2		6 0,0
Total das colunas	14.499 52,7	2.741 10,0	3.895 14,1	5.814 21,1	585 2,1	27.533 100,0

Afirmações analisadas: 1. A democracia sempre é melhor que qualquer outra forma de governo. 2. Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura que uma democracia. 3. Da no mesmo se o governo é uma democracia ou uma ditadura.

Este achado se reproduz nos vários indicadores: o primeiro indicador diz “A democracia sempre é melhor que qualquer outra forma de governo” contra “Em certas condições é melhor uma ditadura que uma democracia” ou “é igual se o governo é uma democracia ou uma ditadura”. As respostas se dirigem na direção já indicada: com a escolaridade aumenta a porcentagem de respostas favoráveis à democracia, mas como já indicamos, nos níveis baixos até a secundária, as respostas negativas se elevam até atingir 30% do total, para depois diminuir drasticamente. Ou seja, a falta de escolaridade parece marginalizar o indivíduo da política; a baixa escolaridade associa-se a um aumento da adesão democrática, mas também da autoritária, gerando clientelas para governos duros. No segundo indicador “A democracia é perigosa porque pode provocar desordens”, encontramos a mesma relação não-linear: os que estão muito de acordo, - indicador negativo à democracia -, elevam-se até atingir o máximo entre os que têm escolaridade secundária completa, para depois diminuir. Neste indicador, ao contrário do anterior, não ocorrem consensos democráticos em qualquer nível. Inclusive no nível de educação superior, a porcentagem ultrapassa por muito pouco 50%. Se somarmos as repostas “muito de acordo” e “pouco de acordo”, por uma parte; e “pouco desacordo” e “muito desacordo”, pela outra, observamos que até a escolaridade secundária completa, as respostas negativas são muito superiores às positivas.

Parece evidente que, em termos gerais, a adesão democrática no México ainda é pobre, e é difícil pensar que tenha mudado significativamente nos últimos dois anos. Também é evidente que a escolaridade somente se associa de forma nítida com a democracia a partir do bacharelado. Nos níveis anteriores, e uma vez superada a não participação (os “não sabem”) seu efeito sobre a adesão democrática parece se dividir, polarizar-se, aparecendo setores claramente autoritários ou antidemocráticos¹⁶.

Em relação ao valor da tolerância temos indicadores que aparecem na Tabela 13. Em geral, observamos um efeito positivo da escolaridade quando se perguntou a opinião dos entrevistados sobre as seguintes situações: “Em nosso país existem pessoas que pensam com idéias diferentes da maioria da população. Segundo sua opinião estas pessoas: 1. Devem obedecer à vontade da maioria, deixando de lado suas idéias; 2. Podem ter suas idéias, desde que não tentem convencer os outros; 3. Podem ter suas idéias e tentar convencer os outros”.

¹⁶ Para uma análise mais ampla do lema da adesão democrática consultar MARTINS; DURAND, 1995, p. 309-340.

Tabela 13
Relação entre escolaridade e tolerância I
(% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	1	2	3	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	1.808 16,0	4.462 39,5	2.165 19,2	2.271 20,1	599 5,3	11.305 41,1
Primário completo	382 7,2	2.809 52,9	1.139 21,4	936 17,6	47 9	5.312 19,3
Secundário incompleto	397 24,1	854 51,7	266 16,1	70 4,2	63 3,8	1.650 6,0
Secundário completo	448 12,8	2.299 65,6	712 20,3	47 1,3		3.505 12,7
Bacharelado incompleto	80 7,8	630 62,0	295 29,0	2 0,1	10 1,0	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	322 11,1	1.770 61,0	752 25,9	53 1,8	5 2,0	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	145 7,9	916 49,9	772 42,0		4 2,0	1.837 6,7
Não Sabe		1 24,8		4 75,2		6 0,0
Total das colunas	3.581 13,0	13.741 49,9	6.101 22,2	3.383 12,3	727 2,6	27.533 100,0

Afirmações analisadas:

As pessoas com diferentes idéias devem:

1. Obedecer à vontade da maioria deixando de lado suas idéias;
2. Podem ter suas idéias, mas que não tentem convencer os demais;
3. Podem ter suas idéias e tentar convencer os demais.

Tabela 14
Relação entre Escolaridade e tolerância II
(% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	Afirmações*			
	1	2	3	4
Até 5 anos	8.783 77,7	3.348 29,6	853 7,5	4.267 37,8
Primário completo	3.742 70,4	1912 36,0	362 6,8	1.659 31,2
Secundário incompleto	875 53,0	359 21,8	145 8,8	526 31,9
Secundário completo	1.473 42,0	921 26,3	232 6,6	1.312 37,4
Bacharelado incompleto	449 44,3	298 29,4	52 5,1	306 30,1
Bacharelado completo e Ensino Técnico	991 34,1	1.089 37,5	326 11,2	897 30,9
Educação Superior ou mais	262 14,3	1.052 57,3	310 16,9	784 42,7
Não Sabe	4 75,2			
Total das colunas	16.580 60,2	8.980 32,6	2.280 8,3	9.750 35,4

* Afirmações analisadas:

1. A mulher deve cuidar de sua casa;
2. Os homossexuais devem ser aceitos como qualquer pessoa;
3. Deve ser permitido o aborto a toda mulher que queira fazê-lo;
4. A pena de morte é a solução para combater crimes graves.

Encontramos que somente 22,2% da amostra escolheram a terceira alternativa como sua resposta, representando uma média baixa de tolerância privada¹⁷, ou seja, que cada um pode pensar o que quiser enquanto não expresse seu pensamento; e somente 13% opinaram que as minorias devem obedecer às majorias, deixando de lado suas idéias. Entre os que escolheram a opção tolerante, há uma nítida influência da escolaridade, pois esta resposta aumenta notoriamente com a escolaridade. Neste caso, a não linearidade das respostas dificilmente é imputável aos diferentes níveis, mais parece antes estar refletindo o efeito de outras variáveis, como talvez o tamanho da localidade ou alguma outra variável que não podemos determinar neste trabalho.

A pesquisa incluiu outros indicadores sobre tolerância referidos às relações sociais, à aceitação ou rejeição de certos grupos ou papéis sociais, que nós achamos interessante incluir neste trabalho. Segundo os dados que aparecem na Tabela 14, a média dos que estão de muito acordo com o papel da mulher em casa é de 60%, contra 15% dos que o rejeitam radicalmente. De uma forma sistemática e linear, a escolaridade diminui as respostas não tolerantes e eleva as tolerantes. Curiosamente, as não-respostas nestes casos são muito baixas, fazendo parecer que no terreno do social as pessoas se sentem mais seguras e participam mais expressando sua opinião. Apesar dos dados em geral positivos, é necessário enfatizar que ainda dentre os entrevistados com escolaridade correspondente à educação superior, os que rejeitam taxativamente esse papel da mulher apenas superam 50%, dando clara evidência da existência de outras variáveis, ou de outros agentes socializadores que impedem maiores níveis de tolerância. As outras proposições foram: “Os homossexuais são pessoas que devem ser aceitas como qualquer outra pessoa”; “Deve-se permitir o aborto a toda mulher que deseje fazê-lo”; “A pena de morte não é a solução para combater crimes graves”. As respostas mantêm a mesma tendência que a referente ao papel da mulher, mas no caso das duas últimas, a influência da escolaridade é muito pobre; tanto o aborto como a pena de morte são dois temas que polarizam e nitidamente enfrentam setores da sociedade independentemente da sua escolaridade, ou seja, são temas nos quais a tolerância parece que não funciona, pois enfrentam definições morais excludentes e muito arraigadas.

¹⁷ Utilizamos os termos público e privado somente para diferenciar o ato de pensar e de se expressar. A diferença apenas descritiva serve para ver a importância da intolerância extrema daqueles que pensam que não se deve, nem sequer, pensar diferente, uma espécie de tentativa de cancelar a subjetividade.

Tabela 15
Relação entre escolaridade e os direitos do governo
(% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	Direitos*			
	1	2	3	4
Até 5 anos	3.929	2.452	1.555	2.711
	34,8	21,7	13,8	24,0
Primário completo	1.884	1.352	959	1.504
	35,5	25,4	18,1	28,3
Secundário incompleto	492	341	389	326
	29,8	20,7	23,5	19,8
Secundário completo	1.320	575	427	694
	37,7	16,4	12,2	19,8
Bacharelado incompleto	293	144	54	161
	28,9	14,2	5,3	15,8
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.211	647	577	110
	41,7	22,3	19,9	3,8
Educação Superior ou mais	510	145	44	58
	27,8	7,9	2,4	3,2
Total das colunas	9.639	5.655	4.005	5.564
	35,0	20,5	14,5	20,2

* Direitos analisados:

1. Proibir greves.
2. Proibir partidos políticos.
3. Censurar meios de comunicação.
4. Mudar resultados eleitorais.

Os indicadores sobre a tolerância que temos revisado indicam outro traço do autoritarismo da cultura política, qual seja, a falta de capacidade de aceitar o diferente, de incluir como algo normal o conflito e a dissidência. A falta de tolerância associa-se às lealdades primárias, à idéia de comunidades excludentes, e evidencia a baixa reflexividade.

Finalmente, queremos apresentar os resultados relacionados à oposição entre os direitos dos cidadãos e os do governo, e a sua relação com a escolaridade dos entrevistados. Já mencionamos anteriormente que a maioria dos entrevistados indicou uma forte preferência pelo estatismo, frente a posições liberais ou individualistas. Agora, veremos este tema com um pouco mais de atenção. Perguntou-se aos entrevistados se “o governo do México deve ou não ter direito de: a) Proibir greves, b) Proibir a existência de algum partido político, c) Censurar jornais, TV e rádio e, d) Modificar os resultados eleitorais”. Os resultados são surpreendentes: 35% pensam que o governo deve ter direito de proibir greves,

20,5%, de proibir algum partido político, 14%, de censurar os meios de comunicação e, 20,2%, de mudar os resultados eleitorais. Existe um setor importante da sociedade que pensa que os direitos do governo podem estar acima dos direitos dos cidadãos; se a este setor adicionarmos os que responderam “não sabe”, portanto sem noção do estado de direito, estamos falando de 25% a 40% dos entrevistados. A escolaridade apresenta um efeito positivo fortalecendo a afirmação dos direitos dos cidadãos em relação ao governo.

A informação que apresentamos sobre a relação entre a escolaridade e a cultura política nos leva a algumas conclusões. Em primeiro lugar, a cultura política dos mexicanos tem uma nítida conotação autoritária, evidente nos públicos que mostram opiniões contrárias à democracia, em geral acríicas, e que constituem a maioria da população com mais de 18 anos. Somente um público pequeno mostra uma cultura política cívica, com capacidade de pensar e decidir suas ações de maneira informada. Esta constatação coloca em evidência o enorme trabalho para obter novos consensos democráticos.

Em segundo lugar, pudemos constatar que por trás das diferenças existe um consenso que aglutina a maioria dos mexicanos, que os une em torno dos símbolos patrióticos formando uma nítida identidade patriótica. Sem dúvida, nesta base existem aspectos como o estatismo e o cinismo político, sustentados por elementos afetivos que devem ser superados, como propõem os críticos do nacionalismo e os intelectuais que estão reinterpretao nossa história. Ou seja, dentro do núcleo básico pareceria existir uma série de valores autoritários compartilhados por todos os mexicanos, que se colocam como obstáculos para uma nova cultura democrática.

Em terceiro lugar, vimos que o efeito da educação na definição da cultura política é complexo. Parece pobre no que se refere aos seus aspectos afetivos, à definição do núcleo básico, quando parece desempenhar uma função de reforço nessa identidade; encontramos um efeito não linear da escolaridade no referente ao aspecto de avaliação e à conformação dos valores democráticos; mas é fundamental na definição da dimensão cognoscitiva, o fato de dar ao indivíduo a capacidade de conceituar a política, de pensar sobre ela e, portanto, atuar racionalmente.

Em quarto lugar, a informação apresentada parece indicar que a dimensão cognoscitiva é a base para a construção do novo consenso democrático, pois somente a crítica pessoal, o exercício da autonomia, possibilita a mudança de valores através da reflexividade dos atores. Os dados indicam que a socialização de valores, sem a capacidade crítica, conduz a resultados pouco satisfatórios, quando não negativos, como vemos nas imagens falsas sobre a existência da democracia no México.

Em quinto lugar, vimos que os efeitos da educação sobre a capacidade crítica, a possibilidade de conceituar, parece ser adquirida de forma ampla a partir dos estudos de bacharelado. Parece ser demasiado tarde ou, ao menos, parece que durante a educação primária e a secundária perde-se tempo para atingir esse propósito. Não há dúvida de que a capacidade de pensar, o adestramento no manejo do pensamento abstrato, devam ser transmitidos aos alunos em etapas anteriores ao bacharelado. A educação deve cumprir um papel mais significativo do que o atualmente desempenhado.

Concluindo, podemos afirmar que o sistema educativo mexicano, em especial o ciclo básico, tem sido uma fonte de transmissão da cultura política autoritária, tem realizado os objetivos ideológicos dos governos pós-revolucionários, em especial a partir dos anos vinte. A velha coerência entre os valores autoritários, entre a ambigüidade do formal e do real, e a capacidade crítica submetida ao pensamento pós-revolucionário, deve dar lugar a uma nova coerência, sem ambigüidades entre o formal e o real, onde a socialização que transmite a educação pública deve mudar seu conteúdo. A democratização do país implica uma transformação do sistema educativo e uma mudança nos valores que se transmitem para os alunos.

A educação e os valores no novo contexto

Sob o ponto de vista da cultura política, não parece problemático destacar quais são os valores políticos que deveriam ser impulsionados pelo sistema educativo. Na análise que realizamos no item anterior tais valores estão implícitos na comparação entre o autoritarismo e a democracia. A tolerância, a adesão democrática, a confiança interpessoal e nas instituições políticas; a eficiência ou a competência do indivíduo na participação, a afeição aos valores patrióticos, o patriotismo e a geração de uma identidade nacional; a aceitação do conflito como algo natural que pode ser resolvido de acordo a regras pré-determinadas, a adesão ao estado de direito, em especial pelos direitos humanos, etc. o problema é saber se com essa indicação é suficiente. Acreditamos que não. Já vimos que a relação entre educação, medida pela escolaridade e a cultura política é complicada, que se afasta muito de uma relação linear. Vimos também que as diferentes dimensões do processo educativo e da própria cultura política dão lugar a processos específicos que podem ser complementares, embora também opostos. Ainda no plano dos valores, devemos nos perguntar se é suficiente impulsionar o desenvolvimento da democracia liberal, com seu inevitável individualismo, ou se, pelo contrário, deve-se insistir na democracia social, na solidariedade, na necessidade de que o

desenvolvimento social seja uma meta da sociedade e não do Estado ou do governo: podemos construir uma comunidade na qual a fraternidade não seja vítima da liberdade e da igualdade no sentido jurídico, como cidadãos iguais perante a lei?

Devemos partir do fato de que os valores não têm validade fora da sociedade na qual funcionam como regras de conduta, portanto não têm sustentação transcendental e não são universais, a menos no caso em que realmente funcionem em todas as sociedades por vontade das mesmas (OLIVÉ, 1995). Trata-se portanto, de construir, de criar os consensos sociais para a sua aceitação e funcionamento e para isto não existe outra possibilidade a não ser a interação dialógica. Não se trata somente de socializarmos valores, e sim de aprender a utilizá-los criticamente.

O uso dos valores como regra é sempre reflexivo, os indivíduos monitoram sua ação, decidem qual regra utilizar e quando fazê-lo. A reflexividade é indissociável da ação social e isto faz com que os indivíduos sejam competentes para interagir no seu meio. Assim os valores não são regras fixas, como as do jogo de xadrez; são como fórmulas que têm que se esclarecer em cada caso. Isto é válido também para aqueles valores prescritivos, como não matar; a menos que seja em defesa própria, e assim deverá esclarecer-se que é em defesa própria. No caso dos valores relacionados com a vida pública e com a política, isto vale com maior força. Vamos exemplificar isto com alguns valores políticos centrais, como a tolerância, a justiça e a democracia.

A tolerância surge face a problemas de opinião e vige necessariamente nos espaços da subjetividade. Há que se tolerar que os outros opinem de forma diferente, mas, até que ponto? É comum ouvirmos que só não devemos tolerar os intolerantes; mas o quê devemos tolerar, então? Somente os que estejam mais ou menos de acordo conosco. O problema é mais complicado. Andre Comte-Sponville (1995) diz que a Bíblia não é demonstrável ou comprovável, por isso acredita-se nela ou tolera-se que se acredite nela; mas se toleramos que se acredite na Bíblia, embora não acreditemos, porque não tolerar que se acredite em “Minha Luta” de Hitler, e portanto no fascismo e na tortura? É óbvio que a tolerância universal seria um desastre, deixaria as vítimas à sua própria sorte, seria a tolerância das atrocidades. Assim, levar a tolerância ao extremo implica sua negação. Portanto, somente tem validade dentro de certos limites, os quais estão afixados pela defesa dos consensos básicos. Por exemplo, pode-se tolerar os intolerantes com a democracia, sempre que não coloquem perigo ao regime; entretanto se o fizerem, devem ser combatidos.

A tolerância não é passividade, assim como a democracia não é fragilidade. A tolerância é uma sabedoria que supera ao fanatismo, esse “terrível amor pela verdade”. Ama-se a verdade sem fanatismos quando reconhecemos que nunca é absoluta, que nunca se pode forçar ninguém a aceitá-la contra sua vontade, quando se sabe distinguir entre a verdade e o valor, entre o verdadeiro e o bem. Mesmo se tivéssemos acesso à verdade absoluta, isso não nos outorgaria o direito de forçar ninguém a respeitar os mesmos valores, nem por conseguinte a viver da mesma forma. Como diz nosso autor: “Sem considerar que às vezes é necessário tolerar o que não se quer nem se ama, a falta de respeito nem sempre é uma falha, longe disso, e certos ódios estão bem próximos de ser virtudes. Há o intolerável que tem que ser combatido, mas também há o tolerável, que é assim mesmo desprezível e detestável. A tolerância diz tudo isso ou pelo menos o autoriza” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 189). Destarte, a tolerância não é nada automática, exige critério para sua aplicação, exige uma monitoração para saber quando é conveniente e quando não o é; a tolerância sem critério é passividade.

O mesmo ocorre com a justiça. A justiça tem dois sentidos: como conformidade ao direito e como igualdade ou proporção. No primeiro caso a lei é a lei, seja ela justa ou não. Mas se ela não for justa, então nos remete ao segundo sentido. Já não se trata de uma justiça como fato (a legalidade), e sim como valor (a igualdade, a equidade) ou virtude. Este segundo enfoque relaciona-se mais à moral do que ao direito. Quando a lei é injusta tem que ser combatida e, ainda, pode ser justo às vezes desobedecê-la. “...a moral vem antes, a justiça vem antes, ao menos quando trata-se do essencial: a liberdade de todos, a dignidade de cada um e os direitos, em primeiro lugar” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 74). Da mesma forma, para ser justo requer-se critério, refletir sobre a situação, ninguém é justo de maneira mecânica.

Finalmente, sobre a democracia, e para não nos prolongarmos em demasia, pode-se afirmar que ser democrata, amar a democracia, requer como elemento central, como diz Adam Przeworski, amar a incerteza, aceitar a existência do conflito entre as pessoas e entre as partes da sociedade; é aceitar que o conflito tem múltiplos desfechos, é aceitar a ambigüidade. É pois, uma forma de interagir na qual é necessário pensar, estar disposto a mudar, etc.

O fundamental na educação de valores políticos é ensinar a refletir, a pensar, e assim contribuir para que o indivíduo seja autônomo e livre.

Agora, pensar e ser autônomo é fundamental para criar consensos ativos, nos quais o indivíduo seja importante e possa escolher; mas isso não significa que estejam assegurados os novos valores que devem reger a nossa sociedade; estes não são produtos simples da razão, são uma construção social e esta opera em determinadas condições.

Na atualidade, essas condições estão determinadas pela problemática que apresentamos nos primeiros itens. Vimos que na globalização parecem ser promovidos certos valores contraditórios. De um lado, o individualismo extremo, a supremacia do egoísmo, são levados como a pedra de toque da construção social, sua participação no mercado é o meio da construção de uma ordem social racional. Ao lado disto, defende-se os valores clássicos do liberalismo, o estado de direito e a democracia limitada, ou seja, separada da administração pública. Elege-se governantes, que podem ser trocados na eleição seguinte, mas não se deve participar na tomada de decisões. De outro lado, setores públicos e privados promovem os valores coletivos como a paz, o respeito pela ecologia e o desenvolvimento sustentável, a solidariedade com os mais pobres, o respeito aos direitos das comunidades, o estabelecimento de regimes democráticos mais participativos, o estabelecimento de sistemas políticos que incluam as autonomias, com uma reforma do estado que possibilite sua politização, ou seja, a participação da sociedade na tomada de decisões e na administração dos recursos públicos.

Em cada sociedade estes valores políticos não são totalmente novos, alguns se ancoram em velhas tradições que têm sido marginalizadas por décadas, ou ainda por séculos, como é o caso dos governos indígenas agora colocados na ordem do dia da globalização pelo movimento do EZLN. O trabalho de Fukuyama (1996) tem mostrado que as sociedades têm diferentes regimes de confiança através dos quais se constroem organizações sociais e formas de organização empresarial. Aqui está a importância do particular, do local e da sua articulação com o restante do mundo. A inserção no mundo globalizado realiza-se em cada caso partindo dessas tradições e desses valores fortemente consolidados, como os valores nacionais, os valores étnicos, os regimes de confiança, as ideologias nacionalistas ou os valores religiosos, e uma adoção ativa dos novos valores do mundo internacionalizado.

Mas, a formação dos novos consensos não será o produto de políticas públicas unilaterais, ou da imposição de alguma classe ou grupo social. Sem dúvida, será o produto de uma luta entre os atores ou as correntes que preconizam os diferentes valores, através da negociação, dos acordos, dos pactos.

A imposição de valores à sociedade no passado, como a crença liberal no século XVIII ou o nacionalismo revolucionário na época pós-revolucionária somente criaram culturas sobrepostas. O fracasso do liberalismo no México e, talvez, o caso mais evidente¹⁸, mas o mesmo pode se afirmar sobre a crença democrática na Constituição de 1917 e a realidade autoritária do regime pós-revolucionário. Não se trata de uma modernização à força, como tentaram fazer os três últimos governos,

¹⁸ A literatura em relação a isto é muito ampla, mas pode se consultar o trabalho de GUERRA, 1993, ou o trabalho de CARNAGNANI, 1988. A finalização da “segunda conquista”, é especialmente reveladora do que ocorreu.

forçando a população a assumir os “novos e verdadeiros” valores. Pelo contrário, trata-se de construir uma nova ordem social, recuperando suas raízes mais profundas e fundindo-as com os valores democráticos e solidários, com os requerimentos de eficiência e competitividade próprios do mundo atual. Esta tarefa é própria de todos os setores sociais, não somente daqueles que já têm iniciado a luta contra a velha ordem, como os intelectuais, que denunciam o caráter autoritário do nacionalismo mexicano, dos diferentes movimentos sociais que têm brigado pela modificação da realidade em determinados âmbitos, ou os partidos políticos engajados na democratização do sistema político mexicano e, por suposto, pelos grupos governantes.

Neste contexto, as instituições educativas, da mesma forma que outras instituições, como os meios de comunicação de massas, aparecem como espaços privilegiados dessa luta, na qual ocorrerá o enfrentamento não somente dos atores internos, como também de grupos de professores, sindicatos e autoridades governamentais, mas também de outras instituições como as igrejas, os grupos empresariais, os partidos políticos e as organizações sociais, interessadas em que os seus valores alcancem primazia nos processos educativos, que sejam esses valores e não outros os que dêem conteúdo aos processos de socialização.

Já mostramos que preservar a atual estrutura e conteúdo significa reproduzir o autoritarismo do sistema político e da cultura política dos mexicanos. Deve ocorrer a transformação para que as novas gerações sejam socializadas com novos valores, dentre os quais se deva conseguir uma nova coerência entre o real e o normativo, colocar um fim à ambigüidade entre o formal e o operante. Os valores como a tolerância, a justiça, a democracia, e a solidariedade devem ser acompanhados pela formação crítica, para que o aluno consiga discernir se existem ou não, se estão sendo violados ou se são cumpridos, e sobretudo, que são direitos da população, de todos os cidadãos e comunidades, e que é dever deles reclamar seu cumprimento como parte de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton, NY: Princeton University Press, 1963.
- CARNAGNANI, M. *El regreso de los dioses, el proceso de reconstrucción de la identidad étnica en Caxaca*. México: FCE, 1988.
- CASTELLS, M. El comienzo de la história. *El socialismo del futuro*, Madrid, v. 1, n. 2, p. 65-75, 1990.
- COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martin Fontes, 1995.
- CRAIG, A. L.; CORNELIUS, W. A. Political culture in México: continuities an revisionist, Interpretation. In: ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 325-394.
- FIORI, J. L. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 43, p. 169, novembro 1995.
- FLISFISH, A. Consenso democrático en el Chile autoritário. In: LECHNER, N. (comp.). *Cultura política y democratización*. Santiago, Chile: FLACSO, 1987, p. 99-126.
- FUKUYAMA, F. Capital social e economia global. *Este País*, México, n. 59, fevereiro 1996.
- GUERRA, X. F. *México: del antiguo régimen a la revolución mexicana*. México: FCE, 1993.
- HUNTINGTON, S. P. *A terceira onda, a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, São Paulo, Cesop Unicamp, v. 1, n. 1, p. 9-42, Julho/Agosto 1993.
- INGLEHART, R.; BAZAÑES, M.; NEVIT, N. *Convergencia en Norte America, comercio, política y cultura*. México: Siglo XXI, 1994.
- LIPSET, S. M. Reconsideración de los requisitos sociales de la democracia. *Este País*, n. 50, p. 2-18, maio 1995.
- LOMNITZ, L.; COLEMAN, K. M.; DAVIS, C. L. Political and culture in México. In: BARNES, S. H. (ed.). *Politics and culture series*. Center for Political Studies, The University of Michigan, 1988.

MARTINS, M. S.; DURAND, V. M. La acción colectiva y su papel contradictorio en la construcción de la ciudadanía en México. *Estudios Sociológicos*, México, CES-COLMEX, n. 38, p. 309-340, 1995.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 17, junho 1989.

MOSTERIN, J. *Grandeza y miseria de la filosofía analítica*. 1995. Palestra apresentada no Seminário em Homenagem a Fernando Salmeron, Faculdade de Filosofia e Letras, Instituto de Pesquisas Filosóficas, UNAM, p. 2, noviembre 1995.

NELSON, J. The politics of long-haul economic reforms. In: NELSON, J. et al. *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. Oxford: Transaction books, 1989, p. 3-36.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 36, p. 123-146, 1993.

OLIVÉ, L. *Multiculturalismo: ni universalismo, ni relativismo*. 1995. Palestra apresentada ao Seminário em Homenagem a Fernando Salmerón. Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Investigaciones Filosóficas, UNAM, noviembre 1995.

SMITH, M. Educación y cultura política: análisis de una relación. IISUNAM-CISE, 1995. *mimeo*.

TORRES, E. La democracia latinoamericana en le fragua. *Modernización Económica, democracia política y democracia social*, México, CES-COLMEX, p. 163-176, 1993.

WEFFORT, F. Novas democracias que democracias?. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, 1992.

WHITEHEAD, J. The political management of economic adjustment and reforms. In: NELSON, J. et al. *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. Oxford: Transaction books, 1989.

WILLIAMSON, L. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, L. *Latin American adjustment, how much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

Recebido para publicação em março de 1997.

Tradução de Elsa G. Schusterman Cencig.